



Lei Municipal nº 114/2020

Assaré/CE, 17 de julho de 2020.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica do Município de Assaré, Estado do Ceará, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - as prioridades e as metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;



VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;

VII - as disposições finais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2021, especificadas de acordo com os macroobjetivos a serem estabelecidos no Plano Plurianual 2018-2021, encontram-se detalhadas em anexo a Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações,



limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, sua autarquia, fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista em que o município detém a maioria do capital social como direito a voto.

Art. 5º - O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, e no artigo 10, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e será composto de:

I - texto da lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

III - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definitiva desta lei;

IV - anexo do orçamento de investimento das empresas;

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II - do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III - da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

IV - da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

V - da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

VI - da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII - da receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;

VIII - da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;



IX - da despesa fixada para o exercício a que se elabora a proposta;

X - da despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta;

XI - da estimativa da receita dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

XII - do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

XIII - das despesas e receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente total de cada um dos orçamentos;

XIV - da contribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XV - da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;

XVI - de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção do Ensino Básico - FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;

XVII - do quadro geral da receita dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

XVIII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIX - da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;

XX - da receita corrente líquida com base no art. 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

XXI - da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 6º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa por categoria de programação, e atenderá também o disposto na Portaria STN nº 437/2012, indicando-se, para uma, no seu menor nível de detalhamento:

I - O orçamento a que pertence;

II - o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

- a) DESPESAS CORRENTES: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes.
- b) DESPESAS DE CAPITAL: Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização e Refinanciamento da Dívida; Outras Despesas de Capital.



CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Assaré, relativo ao exercício de 2021, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 8º - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 9º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 11 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso 2 do § 1º do art.31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de



movimentação financeira podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - exclui do caput desse Artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - no caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2002;

§ 3º - na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 13 - As adequações orçamentárias que se fizerem necessárias, no transcurso do exercício financeiro de 2021, poderão ser ajustadas, nos ditames do Artigo nº 43 da Lei nº 4.320/64, até o quantum previsto para a despesas de 2021, por ato do executivo, e do legislativo nas suas dotações orçamentárias, e dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço dos valores inicialmente fixados na Lei Orçamentária.



Art. 14 - Na programação das despesas não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 15 - Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuadas a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos orçamentais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no artigo 15, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte cultura e lazer, fomento à geração de emprego e renda ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º - para habilitar-se ao recebimento de recursos referido na caput, a entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar

declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício 2021 e comprovante de regularidade do mandato da sua diretoria.

§ 2º - as entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberão os recursos.

§ 3º - sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílio, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou termo de ajuste.

§ 4º a concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Art. 17 - A inclusão na Lei Orçamentária Anual, de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18 - As receitas próprias das entidades mencionadas no artigo 15 serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização de





dívidas, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

Art. 19 - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano de Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 20 - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 21 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 22 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 23 - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 24 - No exercício financeiro de 2021, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19, 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das Áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 26 - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 40 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27 - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, formas de cálculos, condições de pagamento, desconto e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Transmissão Inter vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivo ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados do resultado primário.

§2º - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de proposta de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de



Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 29 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 30 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Art. 31 - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 32 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento



Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 33 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSARÉ, em 17 de julho de 2020.

Francisco Evanderto Almeida

- Prefeito Municipal -



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO - 2021

Anexo I – Prioridades e Metas

Com base nas demandas da sociedade encaminhadas através de documentos e propostas e no contato direto com as lideranças comunitárias, as ações públicas serão desenvolvidas a partir de prioridades estabelecidas pela administração, de acordo com o grau de coerência apresentado pelas comunidades, os compromissos da Prefeitura e a capacidade de gastos do erário.

Nesse sentido, ficou determinada uma ordem de prioridades, onde os setores sociais seriam os de maior grau de preocupação, sem esquecer, no entanto, as obras de infraestrutura e a melhoria administrativa da Prefeitura.

Educação:

As ações junto ao setor de educação estão sendo orientadas para duas linhas centrais:

- a) A ampliação do número de matrículas;
- b) A melhoria da qualidade do ensino.

Quanto às matrículas, a redução do déficit ocorrerá com o aumento do número de salas e de professores, bem como com a ampliação da rede escolar até as localidades mais carentes, onde não existe equipamento ou que estejam em estado precário, requerendo recuperação.



Simultaneamente, o ensino deve passar por uma análise que leva à melhoria do currículo, das razões de competência, da reciclagem dos professores e de melhores condições de trabalho, consolidando um sistema educacional que evite o desperdício e forme jovens para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, cabe salientar o papel que significa o desempenho do Fundo Municipal do Ensino Básico – FUNDEB, que tem propiciado a melhoria das condições de vida do professor das escolas municipais, cuja dedicação é de suma importância para o fortalecimento da educação no Município.

Saúde e Saneamento:

O trabalho a ser executado pela saúde passa, diretamente, pela questão da municipalização do setor, com a Prefeitura adequando-se às novas possibilidades das Unidades de Saúde e dos equipamentos, no sentido de elevar a capacidade de atendimento à população.

O sistema Municipal de Saúde deve ser capaz o suficiente para atender as demandas com a ampliação da Rede de Postos de Saúde e a melhoria do atendimento com a contratação de profissionais do setor para operacionalização dos trabalhos.

Será da maior relevância, equacionar problemas de saúde com a redução do número de casos de doenças, com a execução do programa de obras de saneamento, com a negociação de recursos para a rede de esgotamento sanitário e a elevação da capacidade de abastecimento d'água do município, dando continuidade à ação que está se desenvolvendo na Sede e Zona Rural.



Emprego e Renda:

No campo da promoção social, as ações estarão voltadas para a geração de emprego e renda, com programas de atividades produtivas, de acordo com a experiência e o conhecimento das famílias.

A Prefeitura deve oferecer os meios para que as pessoas gerem seus próprios meios de sobrevivência, seja através de pequenos negócios de comercialização, de artesanato, de pequenas indústrias ou de confecções caseiras, havendo a possibilidade de financiamento dos próprios instrumentos de trabalho.

Habitação e Urbanismo:

Na área habitacional, as ações a serem desenvolvidas contemplarão os segmentos sociais mais carentes, através da construção de moradias em regime de mutirão e da execução do programa de lotes urbanizados, envolvendo as famílias e associações no processo de construção e controle de obras.

Ações programáticas serão dirigidas aos núcleos urbanos, beneficiando-os com os serviços públicos de limpeza e saneamento básico, objetivando elevar o padrão de urbanização e a qualidade de vida nessas áreas.

Cultura, Meio Ambiente e Turismo:

As ações a serem desenvolvidas por estas áreas deverão estar direcionadas para o amplo aproveitamento destas vantagens comparativas do Município e da região.

Para tal, a idéia que permeia a política para estas áreas compreende, além do investimento da Prefeitura e, pela dimensão das ações a serem desenvolvidas e o



interesse comum dos municípios da região, a necessidade também do engajamento de outros municípios circunvizinhos na busca por recursos para elevar a amplitude dos negócios a serem realizados, beneficiando a todos indistintamente, reduzindo custos e aumentando as oportunidades de apoio a investidores, de modo que a cultura, o meio ambiente e o turismo sejam encarados, compondo um mesmo quadro de ação governamental.

Na área da cultura, o município deve investir basicamente na organização de festas populares e na promoção de eventos que aliem a difusão da arte e da criação de forma que a divulgação do nome do município conste no cenário estadual como referência.

Com referência ao meio ambiente, salta aos olhos a necessidade objetiva do controle das ocupações dos pontos potencialmente exploráveis, preservando o *habitat* natural e criando condições legais para que o município possa exercer, de forma efetiva, a fiscalização.

No campo do turismo, é fundamental que se unifiquem as políticas da região, ensejando a que os visitantes tenham mais alternativas de permanência e possam ser os principais divulgadores da beleza natural do município.

As ações, neste sentido, estarão voltadas principalmente para a consolidação da infraestrutura turística regional e a promoção das razões que estimulem à vinda de visitantes para o município.



Administração e Finanças:

Deverá ser especialmente contemplado o processo de reforma e modernização administrativa, de modo a reduzir o custo operacional da máquina, otimizando a aplicação dos recursos financeiros em projetos de interesse social.

A administração das finanças municipais estará caracterizada pela implantação de programa de justiça fiscal e pelo rigor na aplicação dos recursos arrecadados.

Mediante o estímulo ao uso da informática, serão modernizados os sistemas de arrecadação e fiscalização e agilizadas a cobrança dos débitos inscritos na dívida ativa.

A racionalização administrativa nas áreas de prestação de serviços, administração de pessoal e administração de materiais impõe-se como condição para aplicação eficiente dos recursos públicos.

Atendendo as necessidades objetivas de controle dos próprios municipais à área da administração patrimonial, a Prefeitura deverá cadastrar e implantar um moderno sistema de gerência de todos os bens móveis e imóveis do Município.



Francisco Evanderto Almeida
PREFEITO MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas	Realizadas	Estimadas			
	2018	2019	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES	46.261.290,69	46.906.524,72	61.345.422,50	59.569.100,00	62.547.555,00	65.674.932,76
Receita Tributária	1.398.736,85	1.454.850,55	3.351.150,00	2.410.000,00	2.530.500,00	2.657.025,00
Impostos	1.326.382,64	1.365.070,82	3.151.150,00	2.285.000,00	2.399.250,00	2.519.212,50
Taxas	72.354,21	89.779,73	200.000,00	125.000,00	131.250,00	137.812,50
Receita de Contribuições	-	-	551.120,00	1.100.000,00	1.155.000,00	1.212.750,00
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	551.120,00	1.100.000,00	1.155.000,00	1.212.750,00
Receita Patrimonial	119.859,47	135.585,87	328.000,00	240.000,00	252.000,00	264.600,00
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	119.859,47	135.585,87	328.000,00	240.000,00	252.000,00	264.600,00
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	43.972.568,77	37.731.423,76	53.035.652,50	51.509.100,00	54.084.555,00	56.788.782,75
Transferências da União	38.527.468,39	37.222.353,18	37.327.800,00	33.911.100,00	35.606.655,00	37.386.987,75
Transferências dos Estados	4.723.430,89	-	4.565.690,00	6.598.000,00	6.927.900,00	7.274.295,00
Transferências dos Municípios	-	-	-	-	-	-
Transferências Multigovernamentais	-	-	11.142.162,50	11.000.000,00	11.550.000,00	12.127.500,00
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	721.669,49	509.070,58	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	770.125,60	7.584.664,54	4.079.500,00	4.310.000,00	4.525.500,00	4.751.775,00
Multa e Juros de Mora	-	-	15.000,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
Indenizações e Restituições	383.159,03	2.728.007,93	601.400,00	1.300.000,00	1.365.000,00	1.433.250,00
Receita da Dívida Ativa	11.750,48	30.549,26	-	-	-	-
Receitas Diversas	375.216,09	4.826.107,35	3.463.100,00	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.664.880,07	1.318.137,12	10.023.967,00	6.493.000,00	6.817.650,00	7.158.532,50
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	-	-	-	-	-
Alienações de Bens	-	-	150.000,00	100.000,00	105.000,00	110.250,00
Transferência de Capital	1.664.880,07	1.318.137,12	6.872.800,00	4.273.000,00	4.486.650,00	4.710.982,50
Transferência de Convênio	1.664.880,07	1.318.137,12	6.872.800,00	4.273.000,00	4.486.650,00	4.710.982,50
Outras Receitas de Capital	-	-	3.001.167,00	2.120.000,00	2.226.000,00	2.337.300,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	-	-	-	-	-	-
EDUCAÇÕES	4.243.067,17	4.009.908,95	4.626.599,52	4.745.000,00	4.982.250,00	5.231.362,50
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	4.243.067,17	4.009.908,95	4.626.599,52	4.745.000,00	4.982.250,00	5.231.362,50
TOTAL	43.683.103,59	44.214.752,89	66.742.789,98	61.317.100,00	64.382.955,00	67.602.102,75

2023

68.958.679,39

2.789.876,25

2.645.173,13

144.703,13

1.273.387,50

-

1.273.387,50

277.830,00

-

277.830,00

-

59.628.221,89

39.256.337,14

7.638.009,75

-

12.733.875,00

-

-

-

4.989.363,75

11.576,25

1.504.912,50

-

3.472.875,00

7.516.459,13

-

-

115.762,50

4.946.531,63

4.946.531,63

2.454.165,00

-

-

5.492.930,63

5.492.930,63

70.982.207,89

**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021**

ESPECIFICAÇÃO	Corrente					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total	43.683.103,59	66.742.789,98	61.317.100,00	64.382.955,00	67.602.102,75	70.982.207,89
Receitas Não-Financeiras (I)	43.683.103,59	66.592.789,98	61.217.100,00	64.277.955,00	67.491.852,75	70.866.445,39
Despesas Total	38.316.839,92	71.369.389,50	66.062.100,00	69.355.305,00	72.813.165,30	76.443.913,66
Despesas Não-Financeiras (II)	37.949.332,06	70.843.589,50	65.497.600,00	68.762.580,00	72.190.804,05	75.790.434,35
Resultado Primário (I - II)	5.733.771,53	(4.250.799,52)	(4.280.500,00)	(4.484.625,00)	(4.698.951,30)	(4.923.988,96)
Resultado Nominal	(556.236,63)	(556.236,63)	48.558,19	50.986,10	53.535,40	56.212,17
Dívida Pública Consolidada	1.761.809,82	1.761.809,82	1.849.900,31	1.942.395,33	2.039.515,09	2.141.490,85
Dívida Consolidada Líquida	971.163,77	971.163,77	1.019.721,96	1.070.708,06	1.124.243,46	1.180.455,63

ESPECIFICAÇÃO	Constante					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total	45.321.219,97	69.619.404,23	63.622.622,96	69.642.913,66	76.050.061,71	83.046.667,39
Receitas Não-Financeiras (I)	45.321.219,97	69.462.939,23	63.518.862,96	69.529.335,37	75.926.034,22	82.911.229,37
Despesas Total	39.753.721,42	74.445.410,19	68.546.034,96	75.021.494,71	81.912.329,49	89.436.669,57
Despesas Não-Financeiras (II)	39.372.432,01	73.896.948,21	67.960.309,76	74.380.345,26	81.212.194,29	88.672.121,93
Resultado Primário (I - II)	5.948.787,96	(4.434.008,98)	(4.441.446,80)	(4.851.009,89)	(5.286.160,07)	(5.760.892,56)
Resultado Nominal	(577.095,50)	(580.210,43)	50.383,98	55.151,56	60.225,50	65.766,25
Dívida Pública Consolidada	1.827.877,69	1.837.743,82	1.919.456,56	2.101.085,14	2.294.384,97	2.505.468,39
Dívida Consolidada Líquida	1.007.582,41	1.013.020,93	1.058.063,50	1.158.182,76	1.264.735,58	1.381.091,25

**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA
2021**

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.761.809,82	1.849.900,31	1.942.395,33	2.039.515,09	2.141.490,85
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	1.761.809,82	1.849.900,31	1.942.395,33	2.039.515,09	2.141.490,85
DEDUÇÕES (II)	(99.915,95)	(104.911,75)	(110.157,33)	(115.665,20)	(121.448,46)
Ativo Disponível	790.646,05	830.178,35	871.687,27	915.271,63	961.035,22
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Proc.	890.562,00	935.090,10	981.844,61	1.030.936,84	1.082.483,68
DCL (III) = (I - II)	1.861.725,77	1.954.812,06	2.052.552,66	2.155.180,29	2.262.939,31

**METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL
2021**

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.761.809,82	1.849.900,31	1.942.395,33	2.039.515,09	2.141.490,85
DEDUÇÕES (II)	(99.915,95)	(104.911,75)	(110.157,33)	(115.665,20)	(121.448,46)
Ativo Disponível	790.646,05	830.178,35	871.687,27	915.271,63	961.035,22
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-
(-) Obrigações Financeiras	890.562,00	935.090,10	981.844,61	1.030.936,84	1.082.483,68
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.861.725,77	1.954.812,06	2.052.552,66	2.155.180,29	2.262.939,31
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	890.562,00	935.090,10	981.844,61	1.030.936,84	1.082.483,68
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	971.163,77	1.019.721,96	1.070.708,06	1.124.243,46	1.180.455,63
RESULTADO NOMINAL	(556.236,63)	48.558,19	50.986,10	53.535,40	56.212,17

Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2018: **1.527.400,40**

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO

2021

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas	Realizadas	2019	2020	2021	2022	2023
	2018	2019					
RECEITAS CORRENTES (I)	42.018.224	42.896.616	56.718.823	54.824.100	57.565.305	60.443.570	63.465.749
Receita Tributária	1.398.737	1.454.851	3.351.150	2.410.000	2.530.500	2.657.025	2.789.876
Receita de Contribuição	-	-	551.120	1.100.000	1.155.000	1.212.750	1.273.388
Receita Patrimonial	119.859	135.586	328.000	240.000	252.000	264.600	277.830
Aplicações Financeiras (II)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	119.859	135.586	328.000	240.000	252.000	264.600	277.830
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	43.972.569	37.731.424	53.035.653	51.509.100	54.084.555	56.788.783	59.628.222
Demais Receitas Correntes	770.126	7.584.665	4.079.500	4.310.000	4.525.500	4.751.775	4.989.364
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	4.243.067	4.009.909	4.626.600	4.745.000	4.982.250	5.231.363	5.492.931
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	42.018.224	42.896.616	56.718.823	54.824.100	57.565.305	60.443.570	63.465.749
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.664.880	1.318.137	10.023.967	6.493.000	6.817.650	7.158.533	7.516.459
Operações de Crédito (V)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	-	-	150.000	100.000	105.000	110.250	115.763
Transferência de Capital	1.664.880	1.318.137	6.872.800	4.273.000	4.486.650	4.710.983	4.946.532
Outras Receitas de Capital	-	-	3.001.167	2.120.000	2.226.000	2.337.300	2.454.165
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	1.664.880	1.318.137	9.873.967	6.393.000	6.712.650	7.048.283	7.400.697
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	43.683.104	44.214.753	66.592.790	61.217.100	64.277.955	67.491.853	70.866.445
DESPESAS CORRENTES (X)	36.741.703	38.420.399	55.884.208	53.106.100	55.761.405	58.549.475	61.476.949
Pessoal e Encargos Sociais	20.390.200	24.292.183	24.969.063	21.265.200	22.328.460	23.444.883	24.617.127
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.351.503	14.128.216	30.915.145	31.840.900	33.432.945	35.104.592	36.859.822
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	36.741.703	38.420.399	55.884.208	53.106.100	55.761.405	58.549.475	61.476.949
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.575.137	1.851.550	15.285.182	12.756.000	13.393.800	14.063.490	14.766.665
Investimentos	1.205.016	1.301.456	14.640.282	12.041.500	12.643.575	13.275.754	13.939.541
Inversões Financeiras	2.613	-	119.100	150.000	157.500	165.375	173.644
Amortização da Dívida (XIV)	367.508	550.095	525.800	564.500	592.725	622.361	653.479
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.207.629	1.301.456	14.759.382	12.191.500	12.801.075	13.441.129	14.113.185
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	200.000	200.000	200.100	200.200	200.300
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	37.949.332	39.721.855	70.843.590	65.497.600	68.762.580	72.190.804	75.790.434
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	5.733.772	4.492.898	-4.250.800	-4.280.500	-4.484.625	-4.698.951	-4.923.989

**TOTAL DE DESPESAS
2021**

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONOMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas	Realizadas	Previsão				
	2018	2019	2019	2020	2021	2022	2023
ESPESAS CORRENTES (I)	36.741.703,23	38.420.398,94	55.884.207,50	53.106.100,00	55.761.405,00	58.549.475,25	61.476.949,01
essoal e Encargos Sociais	20.390.200,25	24.292.183,37	24.969.062,50	21.265.200,00	22.328.460,00	23.444.883,00	24.617.127,15
ros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
utras Despesas Correntes	16.351.502,98	14.128.215,57	30.915.145,00	31.840.900,00	33.432.945,00	35.104.592,25	36.859.821,86
ESPESAS DE CAPITAL (II)	1.575.136,69	1.851.550,15	15.285.182,00	12.756.000,00	13.393.800,00	14.063.490,00	14.766.664,50
investimentos	1.205.016,13	1.301.455,62	14.640.282,00	12.041.500,00	12.643.575,00	13.275.753,75	13.939.541,44
iversões Financeiras	2.612,70	-	119.100,00	150.000,00	157.500,00	165.375,00	173.643,75
ortização Financeira	367.507,86	550.094,53	525.800,00	564.500,00	592.725,00	622.361,25	653.479,31
ESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	200.000,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00
TOTAL	38.316.839,92	40.271.949,09	71.369.389,50	66.062.100,00	69.365.205,00	72.833.465,25	76.475.138,51

ASSARÉ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2021

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	64.382.955,00	69.642.913,66	41.571,08	67.602.102,75	76.050.061,71	44.571,05	70.982.207,89	83.046.667,39	47.693,86
Receitas Primárias (I)	64.277.955,00	69.529.335,37	41.503,28	67.491.852,75	75.926.034,22	44.498,36	70.866.445,39	82.911.229,37	47.616,08
Despesa Total	69.365.205,00	75.021.494,71	44.781,64	72.833.465,25	81.912.329,49	48.006,78	76.443.913,66	89.436.669,57	51.363,65
Despesas Primárias (II)	68.762.580,00	74.380.345,26	44.398,93	72.190.804,05	81.212.194,29	47.596,45	75.790.434,35	88.672.121,93	50.924,57
Resultado Primário (III) = (I - II)	(4.484.625,00)	(4.851.009,89)	(2.895,65)	(4.698.951,30)	(5.286.160,07)	(3.098,09)	(4.923.988,96)	(5.760.892,56)	(3.308,49)
Resultado Nominal	50.986,10	55.151,56	32,92	53.535,40	60.225,50	35,30	56.212,17	65.766,25	37,77
Dívida Pública Consolidada	1.942.395,33	2.101.085,14	1.254,17	2.039.515,09	2.294.384,97	1.344,68	2.141.490,85	2.505.468,39	1.438,90
Dívida Consolidada Líquida	2.052.552,66	1.158.182,76	691,34	2.155.180,29	1.264.735,58	741,23	1.180.455,63	1.381.091,25	793,16

Fonte: IPEADATA/ Relatórios da LRF

ASSARÉ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	35.667.993,94	50,00	30.432.178,33	50,00	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	35.667.993,94	50,00	30.432.178,33	50,00	19.488.657,40	100,00
TOTAL	71.335.987,88	100,00	60.864.356,66	100,00	19.488.657,40	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPEADATA/ Relatórios da LRF

ASSARÉ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2018	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	43.683.103,59	66.742.789,98	61.317.100,00	(8,13)	64.382.955,00	5,00	67.602.102,75	5,00	70.982.207,89	5,00
Receitas Primárias (I)	43.683.103,59	66.592.789,98	61.217.100,00	(8,07)	64.277.955,00	5,00	67.491.852,75	5,00	70.886.445,39	5,00
Despesa Total	38.316.839,92	71.369.389,50	66.082.100,00	(7,44)	69.355.305,00	4,99	72.813.165,30	4,99	76.443.913,66	4,99
Despesas Primárias (II)	37.949.332,06	70.843.589,50	65.497.600,00	(7,55)	68.762.580,00	4,98	72.190.804,05	4,99	75.790.434,35	4,99
Resultado Primário (III) = (I - II)	5.733.771,53	(4.250.799,52)	(4.280.500,00)	0,70	(4.494.825,00)	4,77	(4.698.951,30)	4,78	(4.923.988,96)	4,79
Resultado Nominal	(556.236,63)	(556.236,63)	48.558,19	(108,73)	50.986,10	5,00	53.535,40	5,00	56.212,17	5,00
Dívida Pública Consolidada	1.761.809,82	1.761.809,82	1.849.900,31	5,00	1.942.395,33	5,00	2.039.515,09	5,00	2.141.490,85	5,00
Dívida Consolidada Líquida	971.163,77	971.163,77	1.019.721,96	5,00	1.070.708,06	5,00	1.124.243,46	5,00	1.180.455,53	5,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2018	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	45.321.219,97	69.619.404,23	63.622.622,96	(8,61)	69.642.913,86	9,46	76.050.061,71	9,20	83.046.667,39	9,20
Receitas Primárias (I)	45.321.219,97	69.462.939,23	63.518.862,96	(8,56)	69.529.335,37	9,46	75.926.034,22	9,20	82.911.229,37	9,20
Despesas Total	39.753.721,42	74.445.410,19	68.546.034,96	(7,92)	75.021.494,71	9,45	81.912.329,48	9,19	89.436.669,57	9,19
Despesas Primárias (II)	39.372.432,01	73.896.948,21	67.960.309,76	(8,03)	74.380.345,26	9,45	81.212.194,29	9,19	88.672.121,93	9,19
Resultado Primário (III) = (I - II)	5.948.787,96	(4.434.008,98)	(4.441.446,80)	0,17	(4.851.009,89)	9,22	(5.286.160,07)	8,97	(5.760.892,56)	8,98
Resultado Nominal	(577.095,50)	(580.210,43)	50.383,98	(108,68)	55.151,56	9,46	60.225,50	9,20	65.766,25	9,20
Dívida Pública Consolidada	1.827.877,69	1.837.743,82	1.919.456,56	4,45	2.101.085,14	9,46	2.294.384,97	9,20	2.505.468,39	9,20
Dívida Consolidada Líquida	1.007.582,41	1.013.020,93	1.058.063,50	4,45	1.158.182,76	9,46	1.264.735,58	9,20	1.381.091,25	9,20